

Gilmar Ferreira Mendes

Cumprimentos:

Gaetano Azzariti (Professor Titular de Direito Constitucional na Sapienza de Roma).

Margherita Cassano (Primeira-Presidente da Corte di Cassazione).

Piero Gaeta (Procurador-Geral da República junto à Corte di Cassazione).

Fabio Pinelli (Vice-Presidente do Conselho Superior da Magistratura - CSM).

Cesare Parodi (Presidente da Associação Nacional dos Magistrados - ANM).

Prof. Celso Campilongo (Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo).

Dr. Hindemburgo Chateaubriand P. Diniz Filho (Subprocurador-Geral da República).

Ministro Ricardo Lewandowski (Ministro da Justiça).

Ministro Jorge Messias (Advogado-Geral da União).

Dr. Manoel Caetano Ferreira Filho (Comissão de Ética da Presidência da República).

Ilustres colegas da Corte di Cassazione,

Autoridades, advogados, juristas e demais presentes,

Fala:

É uma honra estar nesta belíssima Casa da Justiça italiana participando deste importante evento que congrega juristas do Brasil e da Itália para compartilharmos experiências e práticas, e refletirmos sobre nossas normas, institutos e instituições em perspectiva comparada.

O tema desta primeira sessão — “Independência da magistratura e separação dos Poderes”, toca fundo na temática geral – “Justiça e democracia” – uma vez que a separação dos Poderes, e, conseqüentemente, a independência da magistratura, é, como se sabe, ao lado do autogoverno e da garantia de direitos, um dos pilares da democracia constitucional.

E neste contexto global conturbado que atravessamos – em que diversos países têm visto suas instituições serem esgarçadas e levadas ao limite – a independência judicial, precisamente por ser um dos maiores obstáculos aos pretendentes a tiranos, é um dos primeiros e principais alvos.

Como se sabe, uma “crise da democracia liberal” vem acometendo diversos países em todos os cantos do mundo, seja com o fortalecimento de partidos de extrema direita (como acontece em toda a Europa), seja pela efetiva ascensão de líderes populistas com tendências autoritárias ao poder. Os casos mais emblemáticos são o da Polônia, com o partido Lei e Justiça (PiS), o da Turquia de Recep Tayyip Erdoğan e o da Hungria, sob o comando de Viktor Orbán (este último que afirma com todas as letras ser um adepto da “democracia iliberal”). Podemos citar também El Salvador, Nicarágua, entre outros.

No Brasil, a democracia também passou por grandes provações. Sobretudo a partir de 2018, ela sofreu sobressaltos e ataques sem precedentes em sua história recente, que deixaram claro o quão frágil é o arranjo democrático. Permitam-me fazer um breve retrospecto das turbulências que nosso país atravessou:

Nas extremamente tensas e polarizadas eleições de 2018, em grande medida devido ao aproveitamento eficaz (e criminoso) da nova dinâmica de comunicação nas redes digitais, com uso ostensivo de fake news, calúnias contra os adversários, populismo, discurso de ódio etc, a extrema direita chegou à Presidência da República e elegeu um grande número de parlamentares.

Diante disso, logo em 2019, no primeiro ano do mandato presidencial, o Supremo Tribunal Federal instaurou o chamado “Inquérito das Fake News”, de modo a desarticular redes organizadas que, visando enfraquecer as resistências institucionais ao seu projeto de poder, continuavam a veicular desinformação e a praticar crimes virtuais, sobretudo contra a honra dos juízes, autoridades e jornalistas que, mantendo sua independência e fidelidade às leis e à Constituição, não se curvaram aos seus desígnios.

E neste particular, a cumplicidade das plataformas digitais constitui um capítulo à parte: sob o pretexto de observância da liberdade de expressão, sua postura inerte em relação aos conteúdos veiculados pelos usuários serve aos objetivos financeiros dos seus acionistas, interessados na preservação de um modelo anódino de regulação das redes.

O quadro é ainda mais grave porque boa parte das manifestações de golpismo que circulou nas redes foi impulsionada pelas próprias plataformas. Existem evidências de canais e perfis monetizados e anúncios patrocinados que fomentaram, coordenaram ou apoiaram atos de insurreição. O radicalismo gera lucro.

O Supremo Tribunal Federal, em julgamento recente, enfrentou esse tema sensível com serenidade, alcançando uma posição de equilíbrio que concilia a liberdade de expressão na internet com a tutela adequada de outros valores estruturantes da democracia, como o pluralismo político e a tolerância mútua. Apesar da resistência oferecida pelas plataformas, o Tribunal conseguiu construir um regime de responsabilização que, sem amarrar o desenvolvimento da tecnologia, sinaliza que redes sociais não são terra sem lei.

Voltando ao retrospecto, durante quatro longos anos, assistimos, perplexos, a ataques diretos, sequenciais e cada vez mais agressivos à imprensa, ao sistema eleitoral, ao STF e às instituições democráticas como um todo. Convivemos com manifestações frequentes – inclusive diante de quartéis – solicitando a intervenção das forças armadas e o fechamento do STF e do Congresso, entre outras atrocidades. E mesmo com a retomada da normalidade democrática, a radicalização ainda não cedeu, e chegou a tal ponto que, no final do ano passado, um indivíduo se explodiu em frente ao STF, após lançar bombas contra o Tribunal.

Mas talvez o momento mais decisivo tenha sido o das eleições de 2022, em que o então Presidente buscava a reeleição. Adiantando-se à possibilidade de derrota, ele e seu apoiadores resolveram mirar toda a sua artilharia contra o

Tribunal Superior Eleitoral, órgão que preside as nossas eleições, com acusações infundadas e mentirosas sobre a lisura do sistema e a confiabilidade das urnas eletrônicas.

A custo de muito esforço por parte do TSE, que enfrentou uma avalanche de *fake news* e uma campanha massiva para desacreditar o resultado das eleições antes mesmo de sua realização, o processo eleitoral foi regularmente realizado. As nossas instituições foram levadas ao limite, mas haviam resistido bravamente, pois tiveram no Poder Judiciário a última linha de defesa contra o autoritarismo.

Contudo, após o resultado das urnas, o lado perdedor insurgiu-se, e deu início a uma escalada de eventos violentos que culminaram nos atos de 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos três Poderes da República foram invadidas e depredadas por uma multidão ensandecida, à semelhança do que ocorrera dois anos antes no ataque ao Capitólio, em Washington. As imagens da destruição, truculência e incivilidade, amplamente divulgadas pela mídia mundial, ainda hoje provocam vergonha e indignação no povo brasileiro.

A resposta institucional foi, novamente, emblemática: a polícia investigou, o Ministério Público denunciou e o Judiciário sentenciou centenas de réus a penas severas pelos crimes de associação criminosa, dano, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado. O STF reafirmou que não há espaço, em uma democracia, para a violência política ou para a ruptura da legalidade.

Assim, também, em julho de 2023 o Tribunal Superior Eleitoral declarou a inelegibilidade do ex-presidente da República Jair Bolsonaro

por oito anos devido à prática de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação oficiais para propósitos político-eleitorais.

Mas foi apenas em 2024 que descobrimos estupefatos, que também havíamos corrido risco concreto de subversão da ordem democrática mediante um golpe de Estado à moda antiga, envolvendo tropas e tanques nas ruas. Foi descoberto pela Polícia Federal um detalhado e engenhoso plano golpista – intitulado “**Punhal Verde e Amarelo**”, urdido por figuras proeminentes do governo e por militares do alto escalão – ao que tudo indica com o beneplácito do Presidente da República –, que previa uma série de ações coordenadas para a tomada do poder, incluindo a detenção e assassinato de autoridades.

No presente, a batalha se dá – não com menos dificuldades – no campo da responsabilização criminal dos envolvidos nesta tentativa de golpe de estado. **O julgamento do chamado “núcleo crucial”, que inclui o ex-Presidente Jair Bolsonaro, teve início no dia de ontem na Primeira Turma do STF, e tem recebido atenção do Brasil e do mundo, não apenas pelo seu impacto imediato, mas pelo que simboliza.**

Classificado pela “The Economist”, em matéria de capa publicada na semana passada, como “uma lição de democracia”, este julgamento é histórico, pois deixará claro para todos que cogitarem em afrontá-la, que – em sintonia com a proposta de Karl Loewenstein – a democracia brasileira sabe militar por sua própria conservação.

Destarte, a responsabilização dos envolvidos é fundamental para que nada parecido jamais se repita. E importa ressaltar: aos réus tem sido devidamente conferido um julgamento justo, com todas as garantias

processuais próprias de um Estado de Direito (o mesmo que tentaram destruir): devido processo, contraditório, ampla defesa etc. A defesa teve acesso integral aos autos, às provas, às oitivas de testemunhas; os advogados puderam se manifestar em todas as fases processuais; as sessões são públicas, transmitidas em tempo real pela TV Justiça, sob o escrutínio da sociedade civil e da imprensa. Essa transparência, essa observância estrita das garantias processuais, atestam incontestavelmente a legitimidade da firme reação do Estado brasileiro.

Senhoras e senhores, a democracia não é um destino inexorável, mas uma conquista diária, que exige vigilância e comprometimento das instituições e de todos os cidadãos. É uma promessa de liberdade, dignidade e direitos, mas que só se cumpre se todos estiverem dispostos a lutar por ela.

Eu relatei aos senhores, em linha com a proposta deste seminário de trocarmos práticas e experiência, como o Brasil lidou com as ameaças autoritárias dos últimos anos. **E esta poderia ter sido a história de uma debacle: da ruína da democracia brasileira e do mergulho no obscurantismo. Mas, graças à atuação firme das nossas instituições – em especial do Poder Judiciário –, ela resistiu, e está de pé, mais viva e forte do que nunca.**

Finalizo enfatizando a importância deste encontro, em que Brasil e Itália, países com tradição e compromisso democráticos, dialogam e unem forças em prol da conservação de seu bem mais precioso: O Estado Democrático de Direito, a tanto custo conquistado.

Trata-se de uma aliança muito necessária, sobretudo quando os inimigos da democracia formaram complexas redes internacionais com o propósito de implodir os alicerces do sistema mundial e das ordens constitucionais internas, construídos no pós-guerra sob as bandeiras da democracia, da paz e dos direitos humanos.

O povo brasileiro e suas autoridades têm sofrido, nos últimos dias, agressões até então inconcebíveis à sua dignidade e independência por parte de um governo estrangeiro: tarifas comerciais afetam setores econômicos inteiros, penalizando empresários e trabalhadores; e sanções de caráter pessoal visam achacar e acuar juízes e outras autoridades, tentando demovê-los da atuação firme contra o autoritarismo.

Não bastassem os ataques internos, agora temos que lidar também com ofensivas externas à independência do Poder Judiciário brasileiro – e, conseqüentemente, à soberania do Brasil. O grande alvo tem sido o Ministro Alexandre de Moraes, que corajosamente tem tomado a frente do processo de responsabilização dos criminosos. A ele todo o nosso respeito e apoio.

Mas que fique bem claro: o Supremo Tribunal Federal não se curvou à ditadura militar nas décadas de escuridão que mancham a história nacional; o Tribunal, num passado recentíssimo, ainda presente entre nós por força da memória dos mais de setecentos mil mortos na pandemia da COVID, não sucumbiu ao populismo iliberal e ao radicalismo responsáveis pelo trágico 8 de janeiro. **Essa mesma Corte não haverá de submeter-se agora, e está preparada para enfrentar, uma vez mais e sempre, com altivez e**

resiliência, todas as ameaças contra si e sua independência – venham de onde vierem.

Brasil e Itália compartilham uma história rasgada pelo autoritarismo e pela violência política, e por isso sabem que a liberdade constitui um dos nossos bens mais preciosos – em prol do qual se unem neste auspicioso encontro. Nesta era das redes, nenhum país pode enfrentar sozinho os desafios da desinformação, da polarização, da intolerância e das novas formas de autoritarismo. E daí a grande importância deste evento: porque a luta pela democracia é universal.

Muito obrigado